

# O desenvolvimento da distribuição de renda do Setor Madre Germana I em Aparecida de Goiânia

The development of the distribution of income from the Madre Germana I Sector in Aparecida de Goiânia

Chistian Abrão de Oliveira  
Sérgio Duarte de Castro

## Resumo

Utilizando uma abordagem inspirada na teoria dos dois circuitos de Milton Santos, o artigo faz uma análise dos impactos dos recursos provenientes dos programas de transferência de renda nos anos 2000, especialmente o Bolsa Família e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), sobre a sócio-economia do Madre Germana I, um pequeno conjunto habitacional de baixa renda situado em um município da região metropolitana de Goiânia. A partir de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, o trabalho mostra como os recursos injetados por esses programas nos circuitos de produção, distribuição, financiamento e consumo de bens e serviços, típicos da “economia popular”, têm um efeito multiplicador elevado e peculiar na economia local e na qualidade de vida de sua população.

**Palavras-chaves:** Transferência de Renda; Economia Popular; Desenvolvimento Local; Aparecida de Goiânia.

## Abstract

This article uses an approach inspired by Milton Santos' theory of “two circuits” to analyze the social-economic consequences of income transfer programs in the 2000s, especially Bolsa Família and Benefícios de Prestação Continuada (BPC), on the Madre Germana I, a small low-income housing complex located in the metropolitan region of Goiânia, Brazil. The work shows how the resources injected by these programs into the circuits of production, distribution, financing and consumption of goods and services, typical of the “popular economy”, have a high and peculiar multiplier effect on the local economy and the quality of life of its population.

**Key words:** Transfer of income; Popular economy; Local development; Aparecida de Goiânia.

---

1 Me; Desenvolvimento e Planejamento Territorial; Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil; Advogado efetivo no Núcleo de Práticas Jurídicas na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Professor efetivo da Faculdade Delta no curso de Ciências Contábeis; Endereço: Av. São Carlos, 911 - Jardim Planalto, Goiânia - GO, 74333-020; E-mail: oliveira.christian@gmail.com (\*) Autor para correspondências

2 Dr; Ciência Econômica; Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil; Professor titular na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. Endereço: 134, R. 235, 76 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO; Email: sergio.ucg@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O novo marco constitucional que emergiu da Constituição de 1988 e, com ele, um pacto político implícito em torno do esforço de redução das desigualdades e da pobreza no Brasil, resultaram na criação de diversos programas de transferência de renda, desde o final dos anos 1990, em distintas escalas da federação. A partir de 2003, os programas federais foram unificados e fortemente ampliados com a criação do Programa Bolsa Família (PBF) e dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

Trata-se de programas de transferência de renda de grande alcance, com impactos não apenas sociais, de redução da pobreza e da desigualdade, mas também econômicos, via fortalecimento do mercado interno. A combinação dos recursos de transferência direta de renda, com um conjunto de políticas de fortalecimento do mercado interno, como aumento real do salário mínimo e expansão do crédito, além dos impulsos ao emprego por meio de grandes obras de infraestrutura, exerceu um significativo efeito impulsor do crescimento.

Vários estudos têm se dedicado a averiguar esses impactos, especialmente no campo social<sup>1</sup>. Outros, menos numerosos, se debruçam sobre as repercussões macroeconômicas dessas políticas. Neri, Vaz e Souza (2013), em um dos poucos trabalhos que avançaram na tentativa de uma mensuração quantitativa desses efeitos, estimaram os fatores multiplicadores de curto prazo para sete diferentes programas governamentais de transferência de renda, para o ano de 2009. No caso do PBF, por exemplo, segundo o estudo, cada aumento de 1% do PIB nas transferências produziria um crescimento de 1,78% no produto total.

Os impactos sobre as regiões menos desenvolvidas do país, assim como nos bolsões de pobreza nas grandes metrópoles são particularmente elevados. Seja porque a parcela da população beneficiada e o peso relativo desses recursos é maior na economia desses espaços, seja em razão da presença de uma significativa “economia popular” que contribui para a retenção de renda no território e potencializa seu efeito multiplicar sobre a economia local.

Em sua teoria dos “dois circuitos” da economia urbana, Santos (1979), argumenta que parte do reconhecimento da existência, nessas economias, de uma forte clivagem sócio-econômica entre uma parcela da população com renda elevada e estável o suficiente para ter acesso regular aos bens e serviços da vida urbana moderna, e outra, de renda muito baixa e insegura, excluída dessa possibilidade.

Nas cidades dos países periféricos, caracterizadas por fortes desigualdades sociais, se desenvolve um importante subsistema da economia urbana associado às necessidades de sobrevivência dos excluídos do subsistema superior. Trata-se de todo um circuito de produção, distribuição, e consumo de bens e serviços “populares” com características peculiares, muito pouco estudados no país.

Esse artigo tem por objetivo analisar os impactos dos recursos do BPF e dos BPC na sócio-economia de um pequeno conjunto habitacional, com elevado nível de pobreza extrema, situado em Aparecida de Goiânia (Go). Busca verificar o peso desse impacto na “economia popular” daquele aglomerado urbano, considerando as especificidades dos efeitos multiplicadores da renda transferida nas condições particulares no circuito desse tipo de economia.

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, CAMPELO e NERI (2013), livro que traz 29 capítulos produzidos por dezenas de pesquisadores de diferentes instituições sobre a temática.

Para proceder a análise, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo exploratório, com a aplicação de questionários junto a responsáveis por micro e pequenos empreendimentos e organizações sociais sediadas no conjunto.

O artigo está organizado em cinco seções. Na primeira, faz-se um breve histórico do sistema de assistência social no Brasil. Na segunda, discutem-se os conceitos de economia popular e economia solidária utilizados no trabalho. Na terceira seção é apresentado um breve panorama sócio econômico do município de Aparecida de Goiânia e do Conjunto Madre Teresa I (MGI). Na quarta, se analisam os dados secundários referentes às políticas de transferência de renda para o município, em geral, e para o MGI. Na quinta seção, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo. Finalmente, nas considerações finais, faz-se um breve apanhado das principais conclusões.

## PROTEÇÃO E SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

A seguridade social moderna se estruturou no final do século XIX, na Europa, com um modelo baseado em seguros sociais compulsórios, inaugurado por Bismark, que logo se propagou por toda a Europa.

Após o cataclisma produzido pela segunda grande guerra, floresce o chamado *welfare state*, os estados de bem-estar social na Europa, difundindo um novo paradigma de seguridade social, de natureza universalista e entendida como um direito de cidadania (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Esse paradigma se insere em um quadro político-institucional muito peculiar que se desenhou no pós-guerra, de “guerra-fria”, de regulação econômica nacional do Estado keynesiano e governança internacional. Esse quadro, associado aos impulsos produzidos pela difusão do padrão industrial fordista norte americano para os demais países avançados e para parte da periferia, produziu os chamados “trinta anos de ouro” de crescimento acelerado e, no caso dos países centrais, de redução das desigualdades e de inclusão social (CASTRO, 2005).

Ao contrário do que se passou nos países centrais, em especial na Europa ocidental, os “trinta anos de ouro” na periferia do sistema do capitalismo não foram acompanhados pelo estabelecimento de um sistema de *welfare state* e de desconcentração de renda.

O referido quadro que se estabeleceu no pós-guerra, de difusão do padrão fordista, no rastro da internacionalização das grandes empresas norte-americanas, permitiu a rápida industrialização de um conjunto de economias periféricas que já contavam com uma certa base produtiva, entre elas a do Brasil, o que possibilitou sua participação no *boom* de crescimento no período. A economia brasileira, por exemplo, cresceu a uma taxa média de 7,5% ao ano entre 1947 e 1980 (CASTRO, 2012).

Entretanto, a importação do modelo nas condições histórico-estruturais daquelas economias, especialmente na periferia latino-americana, foi acompanhada de um profundo movimento de concentração da renda pessoal<sup>2</sup> e regional (CASTRO, 2012 e 2014).

O sistema de proteção social que se estabeleceu nesse período, nos principais países da América Latina, refletiu o esforço que se fez necessário de centralização e modernização do Estado nacional, aparelhando-o para cumprir seu papel decisivo na viabilização do modelo de industrialização em curso. No caso brasileiro, estabeleceu-se uma arquitetura que englobava

2 O pico da concentração se deu em 1989, quando índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas com rendimento positivo atingiu 0,630, colocando o Brasil como o mais desigual entre os países do mundo com dados confiáveis sobre a distribuição de renda (HOFFMANN, 2001,70).

a legislação trabalhista, sindical e previdenciária, esta última com um padrão de proteção social vinculado ao mundo do trabalho, restrito a categorias específicas de trabalhadores, configurando um sistema de cooptação, regulação e proteção (FLEURY, 1994).

A partir do golpe de estado e implantação do regime ditatorial no Brasil, em 1964, manteve-se o modelo corporativo, acentuando-se sua centralização, sua fragmentação institucional e as desigualdades do ponto de vista da distribuição dos benefícios (BICHIR, 2010)

Com a queda dos governos militares, estabeleceu-se um novo momento para as políticas sociais na história brasileira e latino-americana. O grande debate e mobilização social que acompanhou a derrocada dos regimes autoritários, abriu caminho para a implementação de legislações avançadas e consensos políticos para enfrentar a enorme dívida social deixada pela história de modernização conservadora da região.

No rastro desse movimento, surgiram grandes programas nacionais de combate à pobreza, em diversos países do continente, sustentados por uma nova abordagem de assistência social baseada de transferência condicional de renda. Estudos sobre o tema identificam a existência de programas de transferência condicionada de renda (PTCR) em pelo menos oito países da América Latina, incluindo o Brasil, surgidos a partir de meados dos anos 1990<sup>3</sup>.

Como sugere o próprio nome, são programas que transferem renda diretamente para as famílias, condicionando seu recebimento a certas obrigações, em geral, de frequência escolar e ao sistema de saúde, com foco nas crianças e jovens. O caráter condicional dos PTCR, focado na juventude, é particularmente importante por se tratar de um investimento em capital humano com efeito sobre o ciclo intergeracional da pobreza. (RAWLINGS; RUBIO, 2005; NERI, 2017).

O caso brasileiro é exemplar. A constituição brasileira de 1988 (CF/88) estabeleceu entre os “objetivos fundamentais da nossa república”, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. A Carta incorpora a visão da proteção social como um direito universal e política de Estado, estabelecendo como obrigação de todos os entes da federação, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a implantação de garantias assistenciais/ sociais para assegurar a todos os cidadãos um padrão digno de existência.

A Lei Orgânica da Assistência Social (*LOAS*), aprovada em 1993, deu corpo aos novos preceitos constitucionais e regulamentou os Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social (*BPC*), *que asseguram a provisão de um salário mínimo aos idosos e portadores de deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência*. O sistema dá um novo salto em termos de integração e coerência com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005.

O novo marco constitucional e um pacto político implícito em torno do esforço de redução das desigualdades e da pobreza, resultaram na criação de diversos programas de transferência de renda desde o final dos anos 1990, em grande parte condicionados, por parte de governos estaduais e municipais de diferentes cores partidárias (CASTRO, 2014).

Vários programas foram criados também pelo governo federal no período, sendo unificados e fortemente ampliados com a criação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003. De acordo com dados do SIGA Brasil, em 2005 o governo federal transferiu à população mais pobre R\$

3 Progres e Oportunidades, no México; Chile Solidário e Ingreso ético Familiar (IEF) no Chile; Asignaciones Familiares, na Argentina; Families in Action (FA) Colombia; Family Assistance Program (PRAF) em Honduras, Program of Advancement through Health and Education (PATH), na Jamaica; Social Protection Network (RPS) na Nicarágua; e Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil (OLIVEIRA, 2015, BICHIR, 2010 e RAWLINGS e RUBIO, 2005).

9,3 bilhões com o BPC-LOAS (0,43% do PIB) e R\$ 6,8 bilhões por meio do PBF (0,31% do PIB), totalizando R\$ 16,1 bilhões (0,74% do PIB). Em 2015 esse total saltou para R\$ 68,7 bilhões (1,17% do PIB). Trata-se de programas de transferência de renda condicionada (PTRC) de grande escala, sem precedentes na história do Brasil, e muito maior do que seus congêneres latino americanos.

Além disso, os programas se articulam a um conjunto mais amplo de políticas sociais, com destaque para saúde e educação, e integram um conjunto de investimentos e medidas de estímulo à demanda de massa e a expansão do mercado interno, políticas que envolveram elevados investimentos em infraestrutura física e social, aumento do valor real do salário mínimo, expansão do crédito e outros.

## ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nos países periféricos existe, em geral, uma significativa parcela da economia constituída por atividades e empreendimentos vinculados às necessidades de existência da parcela mais pobre da população, fora da regulação tradicional da economia urbana. Diferentes conceitos e abordagens têm sido utilizados para definir e entender esse fenômeno: economia informal, setor de subsistência, economia popular, circuito inferior da economia urbana, economia solidária e outros.

Os conceitos de economia informal e setores de subsistência surgem nos anos 1950 e 1960 na tentativa de entender as peculiaridades do rápido processo de urbanização e metropolização nas economias periféricas. Eles vinculam-se às abordagens dualistas inspiradas pela sociologia da modernidade de Talcott Parsons<sup>4</sup> e pelas teses esboçadas por Artur Lewis, em seu artigo seminal de 1954<sup>5</sup>.

As teorias dualistas referem-se ao que seriam distorções da modernização (desenvolvimento capitalista) nas economias “atrasadas”, onde permaneceriam convivendo um setor arcaico (pré-capitalista) e um setor moderno (capitalista), fortemente diferenciados e em grande medida incompatíveis (MEDEIROS, 1994). Em sua abordagem dualista, Lewis argumenta que a elevada disponibilidade de mão de obra nas economias “atrasadas” induziria à criação de um setor de subsistência nas cidades capaz de absorver o excedente de mão de obra do setor moderno.

Nos anos 1960, Milton Santos desenvolve uma teoria alternativa que é fortemente crítica às abordagens dualistas, apesar de ela mesma se basear em um modelo dual de dois circuitos na economia urbana. Para explicar esse fenômeno na urbanização, Santos (1979) parte do reconhecimento da existência, nessas economias, de uma forte clivagem sócio-econômica entre uma parcela da população com renda elevada e estável o suficiente para ter acesso regular aos bens e serviços da vida urbana moderna, e outra, de renda muito baixa e insegura, excluída dessa possibilidade.

Segundo o autor, essa clivagem dá origem a dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Um “circuito superior”, que compreende os empreendimentos e atividades da parte mais visível e formalmente regulada da economia urbana, em sua interação com aquela parcela de renda mais estável e suficiente para se abastecer, principalmente, nesses empreendimentos.

4 Ver Reis (2016) e Melo (2012).

5 *Economic development with unlimited supplies of labour*, publicado no *The Manchester School*, 22 (2): 139-191, 1954

E outro circuito, que ele denomina de “circuito inferior”, que é constituído pelo conjunto de empreendimentos e atividades que surgem e se desenvolvem a partir da necessidade e da criatividade dos excluídos do subsistema superior. São pessoas de renda baixa e/ou instável que precisam prover sua existência e não dispõem de condições para fazê-lo pelos circuitos econômicos tradicionais. Envolve trabalhadores por conta própria de atividade simples, bem como micro e mini empreendimentos de diferentes formas.

Esse conceito de “circuito inferior” é mais amplo e não se confunde com o conceito de “economia informal”, no sentido de empreendimentos que atuam fora das regras legais, embora, em geral, tenha um forte conteúdo de informalidade (ARRAIS, 2016; CATAIA; SILVA, 2013).

Diferentemente da visão dualista, que trata esses dois circuitos como opostos - o primeiro como capitalista, moderno e racional; e o segundo como resquício pré-capitalista, irracional e fadado ao desaparecimento com o avanço da modernidade -, Santos (1979) os entende como subsistemas dialeticamente integrados de um sistema de economia urbana que resulta da forma específica como o desenvolvimento capitalista avança na periferia e se insere no capitalismo global. Além disso, o autor não está falando apenas de estruturas de oferta de bens e serviços diferenciadas, ele está discutindo características específicas dos circuitos de produção, distribuição, financiamento e consumo de bens e serviços de dois grandes subsistemas da economia urbana.

Essa abordagem de Santos, abre espaço para estudos de toda uma rica e complexa “economia popular”<sup>6</sup>, muito pouco estudada e compreendida, com realidades como as “cadernetas” dos comerciantes de periferia que operam como serviços alternativos de provimento de crédito; amplos mercados imobiliários não regulados, por meio do qual se negociam direitos de lotes invadidos e se alugam imóveis irregulares; moedas de circulação local e outros<sup>7</sup>.

Diversos estudos empíricos, utilizando diferentes conceitos, mostram que os números dessa economia são importantes, especialmente nos países e regiões mais pobres, bem como nos bolsões de pobreza das grandes áreas urbanas. No Brasil o IBGE realizou em 1997 e 2003 pesquisas sobre o que ele denominou de “economia informal urbana” (ECINF). A pesquisa não caracterizou a informalidade em sua definição tradicional, de atividades sem registro legal. Considerou todos os empreendimentos que não tinham um sistema de contas claramente separado das contas da família, e empregassem no máximo cinco pessoas, incluindo os empregadores. Abrangeu, ainda, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados (IBGE, 2003).

O critério adotado permitiu captar parte significativa da economia popular. De acordo com a pesquisa, em 2003 existiam 10,3 milhões de empreendimentos informais e envolviam 13,9 milhões de pessoas no país, sendo 69% desse total constituído de trabalhadores por conta própria. Para se ter uma ideia do peso dessa participação, esse número de pessoas é equivalente a cerca da metade (49,1%) do total de trabalhadores formais no Brasil no mesmo ano, que era de 28,3 milhões, segundo a RAIS/MTE.

Nessa economia popular, observa-se uma presença cada vez mais importante de empreendimentos identificados como iniciativas de “Economia Solidária”<sup>8</sup> e, com elas, o interesse e o debate sobre o termo.

6 Preferimos utilizar a expressão “economia popular” no lugar de “circuito inferior”, para evitar a conotação depreciativa associada ao adjetivo inferior no senso comum.

7 Ver, por exemplo, o interessante trabalho de Mota (2015) sobre a economia da favela do Alemão, no Rio de Janeiro.

8 No Brasil, inclusive, institucionalizou-se uma política voltada para a promoção dessas atividades, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2013. Levantamento realizado por essa secretaria, em 2005, identificou cerca de 15 mil empreendimentos solidários em 2.274 municípios brasileiros (SENAES, 2006, p. 15).

O termo pretende abarcar uma parcela da economia popular<sup>9</sup> constituída por iniciativas e empreendimentos coletivos, em geral autogeridos, e de caráter “solidário”, isto é, que não tem como propósito principal o lucro, mas a melhoria do bem-estar da comunidade.

A SENAES<sup>10</sup> (2006, p.11) define Economia Solidária (ES) com sendo um “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”.

Apesar da aparente simplicidade, trata-se de uma definição difusa e superficial, de um conceito que comporta um amplo espectro de interpretações. Destacaremos duas visões que são mais amplamente difundidas, e com as quais não comungamos. Uma primeira que entende a ES como uma forma de economia oposta e alternativa à capitalista. Tratar-se-ia de um instrumento de luta pela substituição do sistema, “tendo como início de sua atuação os interstícios isentos das determinações do capital”, como aponta Wellen (2012, p.106) em sua crítica aos adeptos dessa visão. Trata-se de uma visão ingênua que acredita na ação revolucionária de micro ações, que minariam o sistema por dentro possibilitando a sua substituição por um novo sistema sócio econômico “solidário”.

Uma segunda interpretação, que se posiciona contrariamente à ideia da ES como antagonista ao capitalismo, baseia-se numa abordagem de “economia plural”, na qual convivem diferentes polos econômicos de atividades mercantis, não mercantis e não monetárias<sup>11</sup>. A ES representaria “novos modelos de organização, gerando uma hibridação dos princípios econômicos e a criação de oferta e demanda a partir da interação dos três polos econômicos” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.109).

De acordo com essa interpretação, as atividades baseadas na solidariedade da ES, de caráter não mercantil e, muitas vezes, não monetário, dispõem de um espaço de relativa autonomia que, à medida em que avancem, contribuiriam para a democratização da economia capitalista, “a partir do engajamento dos cidadãos” (LAVILLE<sup>12</sup>, 2001, p.85).

Nesse caso, acredita-se nas possibilidades, não revolucionárias, mas, reformistas da “economia solidária”, democratizando o sistema sócio econômico capitalista a partir de dentro, com micro ações de “engajamento dos cidadãos”.

É, também, uma visão romântica e idealizada da economia popular, em suas formas cooperativas. A ingenuidade dessa visão baseia-se numa incompreensão acerca da natureza do sistema capitalista. É verdade que nos diferentes sistemas de produção da existência humana, a partir de um certo grau de complexidade, interagem atividades mercantis, não mercantis e não monetárias. Mais do que isso, convivem variadas formas de cada uma delas, que se diferenciam no tempo e no espaço em razão da trajetória histórica particular de cada território.

O que é específico do capitalismo é que, além de criar formas novas de relações essencialmente monetário-mercantis e de torná-las dominantes, o sistema submete todas as demais formas à sua lógica, qual seja, a lógica de valorização do capital. As formas anteriores não deixam necessariamente de existir<sup>13</sup>, o que ocorre é que elas mudam sua natureza na medida em que são submetidas às determinações do capital e inseridas nos seus fluxos.

9 Embora existam experiências de economia “solidária” que não se restringem ao circuito da economia popular. São cada vez mais comuns empreendimentos e negócios “sociais” no “circuito superior” da economia urbana. Ver, por exemplo, Tiscoski et al, 2013.

10 Secretaria Nacional de Economia Solidária. Em 2016, a SENAES foi extinta e substituída por uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho.

11 Os autores dessa corrente atribuem, indevidamente, essa ideia de economia plural a Karl Polany e François Perroux. Ver, por exemplo, Laville, 2001.

12 Jean Louis Laville é considerado um dos pais do conceito de Economia Solidária.

13 Elas costumam ter presença particularmente importante nos espaços periféricos do sistema.



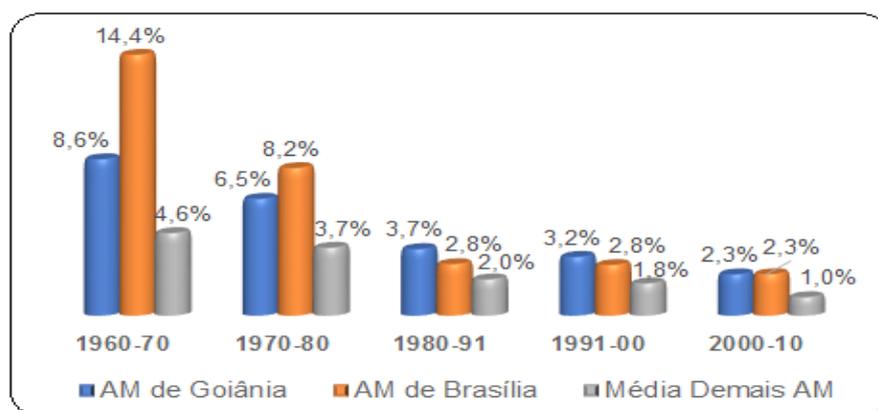
de um processo em que um “fazendeiro doava uma parcela de terra a um santo de sua devoção e, naquele local, era construída uma capela para as celebrações religiosas. O agrupamento das pessoas, em torno da igreja, possibilitava o comércio. Estas por sua vez, com o passar do tempo, fixavam-se no local, transformando-o em núcleo urbano”. No caso em questão, tratou-se da doação de uma área para a construção de uma igreja em homenagem à Nossa Senhora de Aparecida, que deu o nome da futura cidade.

Contudo, a transformação daquele pequeno povoado em cidade só veio a ocorrer muito anos depois, associado à expansão de Goiânia e a construção de Brasília. Apenas em 1958 ele foi elevado à condição de arraial, rancho e, posteriormente, de vila, inicialmente com o nome de Vila de Aparecida de Goiás e, em seguida, de Goialândia. Sua emancipação e conversão em Município de Aparecida de Goiânia se deu somente em 1963.

Goiânia foi construída nos anos 1930 para substituir o então município de Goiás Velho na função de capital do estado. Cidade planejada no bojo das políticas de ocupação do centro oeste brasileiro, exerceu uma enorme força centrípeta, multiplicada com a construção de Brasília, nos anos 1960, alimentando uma intensa migração e produzindo uma grande transformação em seu entorno imediato. De acordo com levantamento de Teixeira (2013), entre 1930 e 2010, surgiram dezessete novos municípios ao redor de Goiânia, em um intenso movimento de desmembramentos e emancipações, dando origem a uma complexa área metropolitana (TEIXEIRA, 2013).

Desde o seu surgimento, Goiânia e Brasília se situam entre os principais polos de atração populacional do país. Nas décadas de 1960 e 1970, período de elevada urbanização e forte metropolização no Brasil, as áreas metropolitanas (AM) lideradas por essas duas capitais cresceram a taxas que superam em mais de duas vezes a média das demais AM do território brasileiro. Mesmo a partir dos anos 1980, quando arrefece o movimento de metropolização na rede urbana nacional, o crescimento da população permanece elevado em ambas, com percentuais bem superiores à média das demais (Figura 2).

**Figura 2 – Taxa de crescimento médio anual, por década, das áreas metropolitanas de Goiânia, Brasília e média das taxas das demais áreas metropolitanas do país (1960-2010)**

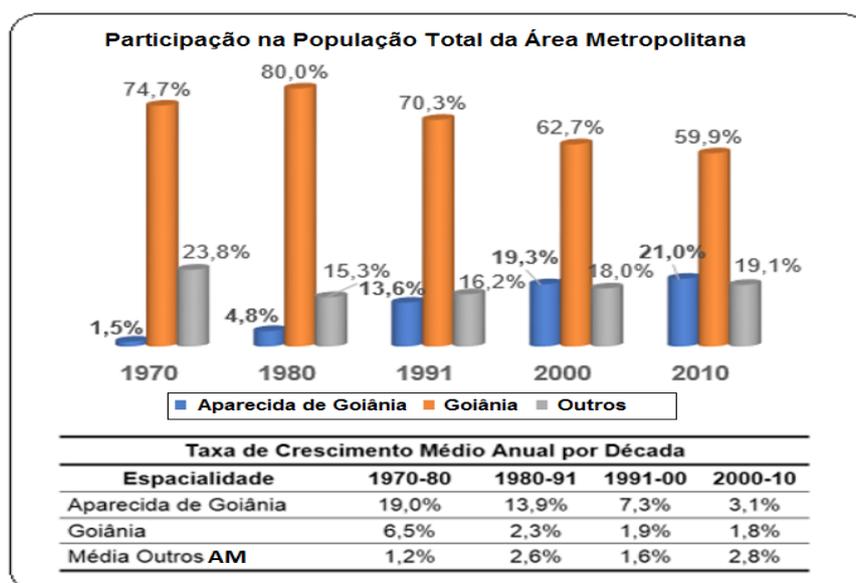


Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

As parcelas de mais baixa renda do fluxo migratório tenderam a se instalar em loteamentos irregulares e invasões na periferia de Goiânia, e, crescentemente, nos municípios contíguos de mais fácil acesso, sobretudo Aparecida de Goiânia. Entre 1970 e 1980, a participação de Aparecida na população do conjunto de municípios que viriam a constituir a Região Metropolitana de

Goiânia (RMG)<sup>15</sup> salta de 1,5% para 4,8%. Seu crescimento médio, nessa década, foi de 19,3% ao ano, contra 6,5% de Goiânia e 1,2% da média dos demais municípios. Seu ritmo de expansão continua bastante elevado nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1980, enquanto o ímpeto de crescimento da capital arrefece (Figura3).

**Figura 3 – Participação na população total e taxa média de crescimento anual dos municípios que integram a área metropolitana de Goiânia\* (1970-2010)**



Fonte. IBGE. Elaboração própria.

\*Integrada pelos 20 municípios<sup>16</sup> que passaram a compor oficialmente a Região Metropolitana de Goiânia a partir de 2004.

Aparecida se expande de forma fragmentada, como um grande município dormitório para a capital, acumulando todos os problemas que são típicos dessa condição. Convive com um crescimento rápido, desordenado e disperso no território, gerando enormes demandas por infraestrutura e serviços essenciais, sem a geração correspondente de recursos fiscais.

A partir dos anos 1990 e, com mais força nos anos 2000, tanto o governo estadual como os municipais passam a desenvolver políticas voltadas para o desenvolvimento econômico do município, tendo em vista minimizar o forte movimento pendular e seus efeitos deletérios.

Três distritos industriais foram implantados, um estadual (1989) e dois municipais (1993 e 2004)<sup>17</sup>, além de um “Polo Empresarial”, que também comporta indústrias, mas é mais diversificado, tendo uma significativa presença de grandes empresas de logística. Programas de

15 A atual configuração da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), integrada por 20 municípios, foi definida em 2004. Entretanto, em 1999, por meio da Lei Complementar 027/1999, já se instituiu uma área metropolitana composta pelo que se denominou “Grande Goiânia”, com 11 municípios (IMB, 2012).

16 Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela vista de Goiânia, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás, Trindade.

17 Respectivamente, o Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (DAIAG), o Distrito Industrial do Município de Aparecida de Goiânia (DIMAG) e o Parque Industrial José de Alencar.

incentivos fiscais municipais para a atração de atividade de serviços, em especial de Tecnologia da Informação, foram implementados. Além disso, fortes investimentos na construção civil foram realizados, sobretudo nos espaços já conurbados com as regiões sul e sudoeste de Goiânia.

Com isso o município viveu um *boom* de crescimento no PIB e no emprego formal, com destaque para o emprego industrial. Como pode ser observado na Tabela 1, seu Produto Interno Bruto cresceu 6,1 vezes entre 2002 e 2015, quase duas vezes mais do que Goiânia. A diferença na expansão do emprego formal total foi de 2,2 vezes em favor de Aparecida, chegando a 5,5 vezes no caso dos postos de trabalho gerados pela indústria.

Tabela 1- Índice de crescimento acumulado de indicadores econômicos selecionados de Goiânia e Aparecida de Goiânia no período 2002 a 2015.

	<b>População</b>	<b>PIB</b>	<b>Emprego Total</b>	<b>Emprego Industrial</b>
Goiânia (a)	0,27	3,2	0,62	0,27
Aparecida de Goiânia (b)	0,41	6,1	1,33	1,49
b/a	1,54	1,91	2,15	5,49

Fonte: IBGE e RAIS/MTE. Elaboração própria

Entretanto, apesar de se produzir alguma redução e mudanças qualitativas no movimento pendular, Aparecida de Goiânia ainda continua com uma parcela extremamente elevada de sua população estudando e trabalhando em Goiânia. Cunha et al (2017, p.13) mostram que, entre 2000 e 2010, os deslocamentos pendulares na RGM se tornaram mais complexos, com Aparecida se tornando, inclusive, receptora de fluxos de outros municípios da região. Contudo, em 2010, a população do município ainda dependia de mais de 40% de empregos de outras cidades, e sua taxa de repulsão para trabalho foi de 52%.

Tabela 2- IDH e percentual de pobreza no Brasil, em Goiânia e Aparecida de Goiânia (1991; 2000 e 2010)

<b>Ano</b>	<b>IDH</b>			<b>% de extremamente pobres</b>			<b>% de pobres</b>		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	0,493	0,612	0,727	18,64	12,48	6,62	38,16	27,90	15,20
<b>Goiânia (a)</b>	0,600	0,715	0,799	2,95	1,75	0,54	13,86	8,84	3,09
<b>Aparecida de Goiânia (b)</b>	0,445	0,582	0,718	7,28	4,34	0,99	27,96	18,72	5,22
<b>b/a</b>	0,74	0,81	0,90	2,47	2,48	1,83	2,02	2,12	1,69

Fonte: PNUD/Fund. João Pinheiro/IPEA, 2013. Elaboração própria.

Nota: Obs: No caso de Goiânia e Aparecida de Goiânia, trata-se do IDHM.

A despeito da continuidade importante do movimento pendular, os indicadores sociais do município também melhoraram sensivelmente, em um ritmo mais acelerado do que o de Goiânia, permanecendo, entretanto, piores do que os da capital. O percentual de pobres e extremamente pobres, em que pese serem melhores do que o nacional, é expressivamente pior do que os de Goiânia. No caso do IDH, permanece, inclusive, abaixo da média brasileira.

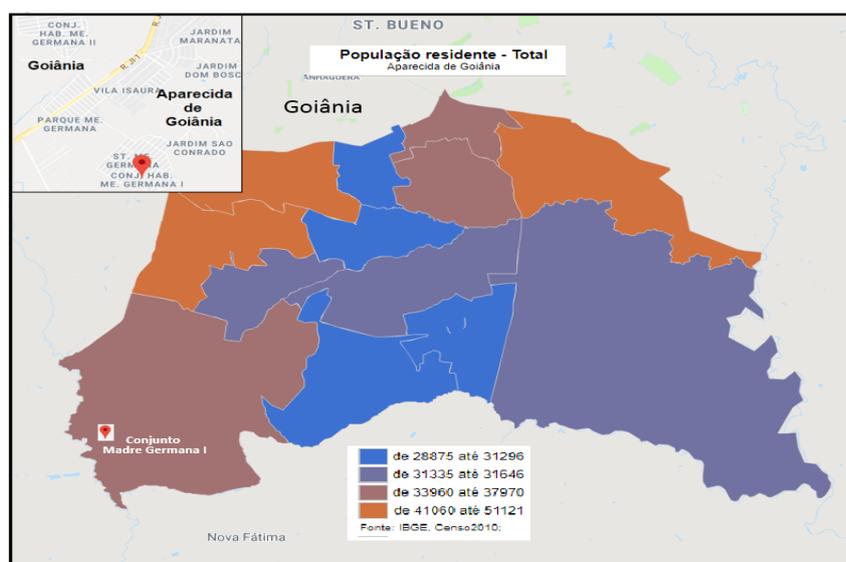
## O Conjunto Habitacional Madre Germana I

O conjunto habitacional Madre Germana I (MG I), criado em 1996, situa-se a sudoeste de Aparecida de Goiânia, próximo ao limite com a região noroeste de Goiânia, fazendo divisa com os setores Jardim São Conrado, Jardim dos Ipês, Vila Isaura, situados em Aparecida e com o Conjunto Habitacional Madre Germana II, localizado do outro lado da divisa, no território da capital. De acordo com os dados do último Censo do IBGE, o bairro possuía 5.124 habitantes, em 2010, com 1.531 domicílios, o que representa uma ocupação de 36,2% de seus 4.224 lotes.

Trata-se de um bairro pequeno, formado por quatro vias principais que cortam sua área de forma vertical, e quinze ruas no sentido Horizontal, das quais cinco ligam o conjunto de uma extremidade a outra.

O processo de expansão fragmentada de Aparecida pode ser dividido em pelo menos três grandes espaços de adensamento. Um primeiro, de expansão mais antiga, totalmente conurbado à Goiânia através dos bairros situados ao Sul e Sudoeste da capital, onde se situam as áreas de ponderação de maior densidade populacional mostradas na Figura 4. Outra área, em torno da região central, onde se localiza a sede tradicional do município, de crescimento mais lento, com menor densidade de ocupação e menos integrada à Goiânia. Por fim, a área de ponderação onde se localiza o MG I, de ocupação relativamente mais recente, na vizinhança da região noroeste de Goiânia, uma das mais pobres e violentas da capital. Apesar de povoada a menos tempo, a região passou, e ainda passa, por um processo de ocupação muito rápida e desordenada, apresentando elevada concentração de pobreza e marginalidade (Figura 4).

**Figura 4 - Densidade populacional do município de Aparecida de Goiânia por áreas de ponderação do Censo 2010 e localização do Conjunto Habitacional Madre Germana I**



Fonte: IBGE, 2010 e Google Maps. Organização própria

Os indicadores sociais do Madre Germana I são muito piores do que a média do município. Na Tabela 3, pode-se verificar a relação entre os dados de pobreza do setor e o de Aparecida que, como visto anteriormente, já é expressivamente superior à média da capital. Mais de 40%

dos domicílios do bairro apresentam rendimento per capita de até meio salário mínimo (SM). Quando o corte é até um SM esse percentual sobe a quase 80%, chegando a mais de 90% na faixa de até dois SM.

**Tabela 3 – Percentual de domicílios com rendimento mensal *per capita*\* por faixas selecionadas de Aparecida de Goiânia e do Conjunto Habitacional Madre Teresa I (2010)**

	Até 1/2 salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Até a 2 salários mínimos
Aparecida de Goiânia	35,5%	47,7%	48,2%
Madre Germana I	41,4%	78,6%	93,4%

Fonte: Censo IBGE, 2010. Elaboração própria.

\* Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita.

A criação do setor está ligada à luta popular pelo direito à moradia, liderada pelo Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), que atua na RMG. Após ampla mobilização, conseguiu-se a desapropriação de duas áreas urbanas para constituição do Conjuntos Habitacionais Madre Germana I, em Aparecida de Goiânia, e o Madre Germana II, no município de Goiânia. A implantação dos novos residenciais, em resposta às reivindicações, foi viabilizada por meio de um acordo entre o Governo do Estado e as prefeituras de ambos os municípios, e oficializada através do Decreto nº 4.699 de 14 de agosto de 1996.

## INJEÇÃO DE RECURSOS DOS PTRC EM APARECIDA DE GOIÂNIA E NO MADRE GERMANA I

Aparecida de Goiânia, como os demais municípios brasileiros, em especial aqueles com maior nível de pobreza, deve parte de sua dinâmica econômica da última década, assim com a melhoria de seus indicadores sociais, à injeção de recursos dos PTRC.

Para se ter a dimensão do peso desses recursos no município, basta ver que, em maio de 2015, Aparecida tinha 43.603 famílias registradas do Cadastro Único, cerca de um quarto do total de famílias no município. Dessas, 16.488 estavam recebendo benefícios do Programa Bolsa Família (BPC), o que corresponde a 11,8% da população naquela data (MDS, 2015). Esse número representa uma cobertura de 77,6% do total estimado de famílias no município com perfil de renda do Programa.

**Tabela 4 – Relação entre os recursos transferidos dos PTRC\* e Receita Total e FPM\*\* em Aparecida de Goiânia (2015)**

Recurso	Valor (R\$)	Relação
Transferência de renda às famílias (BPC LOAS + Bolsa Família)***	118.475.482,76	
Receita Total do Município	558.333.100,91	0,2
FPM	64.184.451,27	1,8

Fonte: FINBRA, 2015 e SAGI/MDS. Elaboração Própria.

\*Programas de Transferência de Renda Condicionada; \*\*Fundo de Participação dos Municípios;

\*\*\*Dados de 2014.

Em termos de recursos injetados, em 2014 o Tesouro Nacional transferiu R\$ 89.854.884,76 referente ao BPC-LOAS e R\$ 28.620.598,00 para os beneficiários do PDF em Aparecida de Goiânia, somando, apenas com esses dois programas, uma injeção de R\$ 118.475.482,76. De acordo com os dados do FINBRA/STN, a Receita Total do município em 2015 foi de R\$ 558.333.100,91, dos quais R\$ 64.184.451,27 corresponderam à cota parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Isso significa que as transferências corresponderam a um valor de um quinto da receita total do município e quase duas vezes o FPM recebido, sendo expressivo o suficiente, não apenas jogar um papel importante na melhoria dos indicadores sociais, mas também interferir positivamente no dinamismo da economia municipal. É preciso lembrar, como foi destacado no início desse artigo, que esses recursos se inseriram em um quadro mais amplo de políticas de infraestrutura e estímulo à demanda de massa, alimentando um círculo virtuoso de crescimento no país, que foi particularmente intenso em Aparecida de Goiânia.

No Conjunto Madre Germana I, conforme os dados da SAGI<sup>18</sup> consultados pela Secretaria de Assistência Social de Aparecida de Goiânia, existiam 960 famílias cadastrados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2015, o que corresponde a cerca de 60% das famílias que habitam o setor, percentual 2,5 vezes maior do que o do município. Isso significa que mais da metade das famílias recebia BPC-Loas e/ou Bolsa Família, percebendo de R\$ 35,00 a R\$ 788,00 por domicílio. Ademais, como 93,4% das famílias do MG1 possui renda domiciliar até dois salários mínimos (Tabela 3), praticamente toda a população se enquadra como prioridade para se beneficiar de outros programas federais e estaduais<sup>19</sup>.

Além disso, o bairro recebeu importantes investimentos em infraestrutura social em razão de suas carências e por estar associado a um histórico de lutas sociais. O governo estadual conseguiu a aprovação de recursos da ordem de R\$ 79 milhões, no PAC 2, para investir na Urbanização de Assentamentos Precários, entre os quais se insere o Madre Germana I e o Madre Germana II, além de vários bairros no entorno. Diversas obras já foram entregues ou estão em construção no setor como: Centro Municipal de Educação Integral (CMEI), Centro Integrado de Cidadania, Unidades Habitacionais do Minha Casa Minha Vida, Praças com quadras de esportes e outros.

Essas obras, concentradas no tempo e no espaço, além de significar melhoria na oferta de infraestrutura social, funcionam como um poderoso aditivo à injeção de recursos dos PTRC, amplificando o círculo virtuoso na economia local.

## RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo, no Conjunto Habitacional Madre Germana I, foi realizada no período compreendido entre 29 de agosto e 05 de outubro de 2015. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionários estruturados, combinando questões fechadas e abertas, com representantes de 25 empreendimentos econômicos de pequeno porte, atuantes no município (cerca de 20% do total) e 8 de entidades sem fins lucrativos (entidades religiosas, creches, sociedade civil organizada e outros), totalizando 33 questionários respondidos.

<sup>18</sup> Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social.

<sup>19</sup> O estado de Goiás foi pioneiro na implantação de um amplo conjunto de PTRC, muitos dos quais foram replicados pelo governo federal e outros estados, como: *Cheque Moradia, Bolsa Universitária, Bolsa Futuro, Bolsa Escola e outros*. Não foi possível encontrar dados que permitissem quantificar a dimensão desses instrumentos no setor; mas das entrevistas pode-se inferir que praticamente todas as famílias recebem algum tipo desses apoios.

As respostas evidenciaram que 36,4% dos entrevistados não reside no MG1, utilizando-o apenas como domicílio profissional, enquanto 63,6% trabalham e residem no próprio setor. A maioria se situa na faixa etária de 31 a 40 anos e possui baixa escolaridade e capacitação técnica na atividade que exerce. Verificou-se uma ligeira predominância masculina, com 51,5% do total. A totalidade das atividades com fins lucrativos desenvolvida pelos respondentes é constituída por microempreendimentos.

A percepção quanto à relevância dos recursos provenientes dos diferentes programas de transferência de renda revelou-se bastante elevada, com 93% dos respondentes considerando-os de alta importância tanto do ponto de vista social, quanto para a dinâmica da atividade econômica do bairro e, no caso dos representantes das atividades empresariais, para a sobrevivência e o crescimento de seu próprio negócio.

Foram dois os principais argumentos utilizados para justificar suas respostas. O primeiro é o de que a esmagadora maioria dos clientes dos estabelecimentos é beneficiário de algum programa de transferência de renda. Para muitos o benefício representa uma parcela importante de sua renda utilizada para o consumo dos bens essenciais, que extrapolam os custos básicos de moradia e transporte. Contribui para corroborar esse argumento, o fato de que os entrevistados que exerciam atividades de venda de alimentos e medicamentos foram muito mais enfáticos quanto ao reconhecimento da importância desses recursos para o funcionamento e expansão de seus negócios.

O segundo argumento, que complementa o primeiro, é que essa renda é gasta fundamentalmente no próprio bairro, onde circula e se multiplica. É muito interessante a percepção, por parte dos entrevistados, de que o antigo e conhecido sistema de crédito popular da compra “fiado”, registrada na “caderneta” do comerciante, joga um papel fundamental para assegurar o gasto dos moradores no próprio bairro. De acordo com os comerciantes entrevistados, a grande concentração do pagamento da caderneta nas datas de pagamentos dos benefícios é uma evidência desse fato.

Nas entrevistas constatou-se, ainda, a existência de algumas iniciativas de “economia solidária” no MG1, bem como o reconhecimento de sua relevância para o movimento de multiplicação da renda injetada pelos PTCR. Elas são percebidas como empreendimentos que “fazem render” os recursos, contribuindo para dinamizar a economia local e, conseqüentemente, para melhorar o nível de vida dos moradores.

Em uma das experiências mencionadas, ex-costureiras moradoras do bairro ensinam técnicas de costura em suas residências para a vizinhança. Os conhecimentos adquiridos e a infraestrutura disponibilizada é utilizada para a confecção e conserto de roupas para as próprias famílias, para prestar serviços e completar renda e, ainda, para atender necessidades da comunidade, como a costura de roupas cirúrgicas para alguns hospitais da região. Todos os retalhos são recolhidos e utilizados para fazer “colchas de fuxico”<sup>20</sup>, vendidas por R\$ 250,00 a unidade para financiar a própria iniciativa.

Outra experiência citada é a de cooperação entre os moradores para a reforma e construção de suas casas. Por iniciativa de uma entidade religiosa local, formam-se grupos de habitantes que necessitam desses serviços para realizá-los em mutirão e financiá-los, em parte, com uma espécie

---

20 Como são popularmente conhecidas as colchas feitas a partir de sobras de tecido.

criativa de “consórcio popular”. A cada semana o serviço é realizado coletivamente na casa de um dos integrantes do grupo, utilizando não apenas a mão de obra mas também material cedido pelos próprios membros da equipe, que serão os beneficiários nas semanas seguintes.

Uma iniciativa individual bastante reconhecida é o caso do Sr. Jacob, que ministra diversos cursos gratuitos no final de semana para os moradores. Os cursos abordam temas variados como a elaboração de currículos profissionais, economia familiar e inclusão no mercado. Os beneficiários pagam com garrafas e latinhas vazias, que são convertidas em cestas básicas com suas vendas e, posteriormente, distribuídas para as famílias mais necessitadas.

Além de seu papel de assistência social, essa ação empreendedora contribui para alavancar o circuito da economia popular local, na medida em que melhora a acessibilidade dos beneficiários ao mercado de trabalho, assim como a capacidade dos mesmos de gerenciar seus recursos. Ademais, tem um papel educativo importante. Como explica o Sr. Jacob: “eu ensino os moradores sobre o valor do aprendizado”, por essa razão, ele enfatiza, “os cursos não são gratuitos”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vários trabalhos descreveram os impactos dos PTRC na melhoria das condições de vida da população mais pobre e na dinamização do mercado interno e, em consequência no crescimento da economia brasileira em diferentes escalas.

O ponto destacado nesse artigo, e que merece ser retomado nessas considerações finais, é a importância de se entender melhor as formas particulares de retenção e multiplicação da renda, próprias do circuito de uma “economia popular” que é muito grande e muito pouco estudada no Brasil

Sobretudo em pequenas cidades das regiões menos desenvolvidas, e nos bolsões de pobreza das grandes cidades em todo o país, essa economia tem um grande peso em suas realidades locais e nas condições de sobrevivência e qualidade de vida da população.

Esse estudo do caso do MGI revelou concretamente alguns mecanismos interessantes dessa economia. No circuito de financiamento, por exemplo, com o papel do crédito informal na retenção da renda local, ou de soluções criativas de consórcios solidários financiando a solução de problemas de moradia e irrigando a economia local. Ou no de produção e consumo, com a iniciativa das costureiras, que amplia a capacidade de produção e de reparo de vestuário que atende em condições acessíveis a demanda das famílias mas pobres da região, ao mesmo tempo que cria fonte de renda complementar para outra parte dos moradores.

A pesquisa realizada, de caráter exploratório, ouviu apenas uma pequena parcela dos representantes da economia popular do setor, revelando tão somente uma pequena fração dessa realidade. Entretanto, esses resultados, ainda limitados, indicam o potencial e a necessidade de estudos futuros nessa linha. Não só para entender a dinâmica desses circuitos, mas também para compreender as interações desse subsistema com o conjunto da economia urbana, bem como as consequências disso em termos de política de assistência social e de desenvolvimento, num país profundamente desigual como o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARRAIS, T. A. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, p. 200-226, dez. 2016

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP**, n.87, p.115-129, Julho 2010.

CAMPELLO T.; NERI, MC. (Org.) Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília : IPEA2013

CASTRO S. D. La política de desarrollo regional en Brasil. In: **Memoria del primer** encuentro de expertos gubernamentales en políticas de desarrollo territorial en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, ILPES-CEPAL/Naciones Unidas, p.41-48, enero de 2012.

CASTRO S. D. Política Regional e Desenvolvimento: Caminhos para o Brasil e para o Nordeste. In: GUIMARÃES, P. et al (ORG) **Um Olhar territorial** sobre o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, p.502-539, 2014.

CATAIA, M.; SILVA, S.C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. Campinas-SP, **Boletim Campineiro de Geografia**, v.3, n.1, p.55-75, 2013

CUNHA, D. F.; BARREIRA, C. C. M.; COSTA, N.M. O sistema de cidades da Região Metropolitana de Goiânia. In: **XVII ENANPUR**, São Paulo, 23 a 26 de maio 2017. Anais, Anpur, 2017. Disponível em <[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page\\_id=1249](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1249)>. Acesso 02/2018.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. São Paulo, Lua Nova, n.24, p.8-116, set. 1991.

FLEURY, S. Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252 p. Disponível em <<https://static.scielo.org/scielobooks/jm5wd/pdf/fleury-9788575412428.pdf>>. Acesso em 20/10/2017

FRANÇA FILHO, G. C, LAVILLE, J.-L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS/EDUFBA, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA -IBGE. Economia informal urbana 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.-

LAVILLE, J.-L. Economia solidária, a perspectiva europeia. Sociedade e Estado, v. 16, n. 1-2, p. 57-99, 2001.

MELO, M.F. Talcott Parsons na Teoria Sociológica Contemporânea. Revista Espaço Acadêmico, n.136, p.130-140, 2012.

MOTA, E. Economia cotidiana na favela. In: LEAL, C.F.C.L. et al. (Org). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Sudeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2015 p.437-461.

MONTENEGRO. M. R. Globalização, Trabalho e Pobreza no Brasil Metropolitano. O Circuito Inferior da economia Urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 2011.

MEDEIROS F. A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização. **Análise Social**, vol. XXIX (125-126), (1º-2º), p.81-119, 1994.

PNUD/Fund. João Pinheiro/IPEA. Altas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013. Disponível em <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>> . Acesso em abril de 2017.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro : Campus, 2002. 360 p.

RAWLINGS, Laura B. e RUBIO, Gloria M. **Evaluating the Impact of Conditional Cash Transfer Programs**. The World Bank Research Observer, 2005.

REIS, S. C. G. Os Pressupostos Funcionalistas da Teoria da Modernização. **Revista Habitus**: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.07-28, 10 de nov. 2016.

OLIVEIRA, E. C. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda e a Proteção Social: os casos do Brasil, Argentina e Chile. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 128-142, jul./dez. 2015.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Atlas da Economia Solidária 2013. Projeto SIES, 2014. Disponível em <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso 10/2015.

SILVEIRA, María Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 16,, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

TISCOSKI, G.P.; ROSOLEN, T.; COMINI, G. M. Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Produção Nacional e Internacional. In **XXXVII encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro-RJ, 7 a 13 de setembro, 2013.

WELLEN, H. Contribuição à crítica da economia solidária'. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 200